

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0293– 06/03 à 10/03/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[OIT saúda governo do Brasil por iniciar processo de ratificação das Convenções 190 e 156](#)

Organização Internacional do Trabalho - 08/03/2023

O Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil saúda o governo brasileiro pelas ações adotadas para iniciar o processo de ratificação da Convenção No. 190, sobre Assédio e Violência no trabalho, e da Convenção No. 156, sobre Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família.

Em cerimônia realizada nesta quarta-feira (8) no Palácio do Planalto, para marcar o Dia Internacional da Mulher, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou uma série de medidas para assegurar os direitos das mulheres, promover a igualdade de gênero e combater a violência e o assédio no mundo do trabalho. Entre elas, o presidente Lula assinou as mensagens ao Congresso Nacional de ratificação da [Convenção N.º 190](#) e da [Convenção N.º 156](#), oficialmente, iniciando o processo que poderá levar à ratificação de ambas as Convenções pelo Brasil.

“Estamos apresentando hoje um pacote de medidas para colocar um fim nessa barbárie. Mas é preciso ir além do combate à intolerável violência física contra as mulheres. Quando aceitamos que a mulher ganhe menos que o homem no exercício da mesma função, nós estamos perpetuando uma violência histórica contra as mulheres.”, disse o presidente em seu discurso. ([Leia a íntegra do discurso presidencial](#)).

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Mês da Mulher: trabalhadoras grávidas e lactantes não podem atuar em atividades insalubres](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/03/2023

Em maio de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou dispositivo da Reforma Trabalhista que condicionava o afastamento de gestantes ou lactantes do exercício de atividades insalubres à apresentação de atestado médico. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5938, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. A norma declarada inconstitucional havia sido inserida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e admitia que gestantes exercessem atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo e que lactantes desempenhassem atividades insalubres em qualquer grau, exceto quando apresentassem atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, que recomendasse o afastamento.

[Mês da Mulher: licença-maternidade deve ser igual para mães biológicas e adotantes](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/03/2023

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não pode haver diferença na licença-maternidade concedida à mãe biológica e à mãe adotante: ambas têm direito a, no mínimo, 120 dias. A decisão foi tomada em março de 2016, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 778889 (Tema 782 da repercussão geral). A maioria do colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso.

[Sócia consegue afastar nomeação como depositária de bens da empresa executada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/03/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho liberou a sócia de uma micro-empresa de São Gonçalo (RJ) do encargo de depositária de bens penhorados para pagamento de dívida trabalhista. Segundo o colegiado, quando não há obrigação legal, a investidura no cargo depende da aceitação da pessoa nomeada, o que não ocorreu no caso.

[Balconista deve pagar honorários no mesmo percentual da empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/03/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de 5% para 15% o percentual dos honorários a serem pagos por um balconista aos advogados da Pague Menos S.A., rede de supermercados de Vitória (ES). Segundo o colegiado, a fixação da parcela em percentuais diferenciados para o empregado e a empresa não tem respaldo legal.

[Desigualdade salarial entre homens e mulheres evidencia discriminação de gênero no mercado de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/03/2023

A legislação brasileira conta com diversos dispositivos legais para enfrentar a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Mas a realidade é que ela se faz presente de diversas formas. Entre elas, pela chamada divisão sexual do trabalho, que destina aos homens, prioritariamente, funções de forte valor social agregado (cargos decisórios, funções políticas, religiosas, militares etc.), que separa os trabalhos de homens e os de mulheres e que sugere que o trabalho do homem vale mais.

[Dispensa de engenheira com depressão não relacionada ao trabalho é válida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/03/2023

Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu a condenação da FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. a reintegrar uma engenheira de controle e automação diagnosticada com depressão ao ser dispensada. Segundo a Turma, não ficou comprovado que ela estivesse incapacitada para o trabalho no momento da dispensa.

[Presidente do TST participa de seminário no STJ que discute julgamento com perspectiva de gênero](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/03/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, participou, nesta segunda-feira (6), da abertura do seminário “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero: Teoria e Prática”. Segundo ele, o documento é um dos mais importantes instrumentos jurídicos surgidos nas últimas décadas no Brasil. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero é resultado de um grupo de trabalho criado visando à implementação das políticas nacionais estabelecidas pelas Resoluções 254 e 255 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativas, respectivamente, ao enfrentamento da violência contra as mulheres e ao incentivo à participação feminina no Poder Judiciário.

[Falta de controle de ponto não implica condenação de empregador doméstico a pagar horas extras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/03/2023

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a improcedência do pedido de horas extras a uma empregada doméstica que não comprovou a jornada alegada na reclamação trabalhista e requeria que o empregador apresentasse folhas de ponto. Para o colegiado, não é razoável exigir que o empregador doméstico mantenha controles de ponto quando empresas com menos de 20 empregados são dispensadas dessa obrigação.

Notícias do Executivo

[Mais de 2,4 mil mulheres foram resgatadas de escravidão contemporânea desde 2003](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/03/2023

No dia em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destaca que 2.488 mulheres foram resgatadas de escravidão contemporânea desde 2003, com base nas informações obtidas das guias de seguro-desemprego de trabalhador resgatado. O número é 5% do total de trabalhadores resgatados no período. Dentre as guias de seguro-desemprego especial emitidas pela Inspeção do Trabalho, apurou-se que 2.488 foram emitidas para mulheres. “As proporções anuais de mulheres resgatadas variam entre 3% e 15%, ao passo que em 2022 foi de 9%”, ressalta o auditor-fiscal do trabalho Rafael Castro, da DETRAE.

[País gerou 83.297 empregos formais em janeiro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/03/2023

Dados do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Novo Caged) demonstram que em janeiro o país gerou 83.297 postos de trabalho com carteira assinada, resultante de 1.874.226 admissões e 1.790.929 desligamentos no mês, tendo saldo positivo em dezesseis das vinte e sete unidades da federação e em quatro dos cinco grandes grupos de atividade econômica. Com isso, o estoque recuperado de empregos formais alcançou 42.527.722 postos de trabalho. Dos postos de trabalho gerados, 66.849 podem ser considerados típicos e 16.448 não típicos.

[Governo anuncia Projeto de Lei para que mulheres e homens tenham salários iguais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 08/03/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, de cerimônia no Palácio do Planalto, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um pacote de ações com a finalidade de assegurar os direitos das mulheres. Entre as medidas, um Projeto de Lei do Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com o Ministério da Mulher e Casa Civil para garantir pagamento pelo empregador de salários iguais para homens e mulheres que exercem a mesma função. O projeto, já assinado pelo presidente, segue agora para aprovação no Congresso Nacional.

[Previdência Social e BID analisam investimentos para potencializar atendimento do INSS](#)

Ministério da Previdência Social - 09/03/2023

A potencialização do atendimento do INSS está entre as prioridades debatidas pelo Ministério da Previdência Social com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil (BID) nesta quarta-feira (8). Na sede da pasta, em Brasília (DF), o ministro Carlos Lupi recebeu o representante da organização financeira internacional no Brasil, Morgan Doyle. A partir de oficinas de trabalho com técnicos das duas organizações, a parceria internacional almeja a criação de soluções tecnológicas e a qualificação de servidores em todos os estados. Ao todo, são mais de 37 milhões de beneficiários, incluindo aposentados e pensionistas.

[No Dia Internacional da Mulher, Previdência Social defende garantia de direitos para combater desigualdades](#)

Ministério da Previdência Social - 08/03/2023

No Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta quarta-feira (8), o Ministério da Previdência Social promoveu na sede do INSS, em Brasília (DF), uma série de atividades voltadas para um mesmo objetivo: garantir direitos para combater desigualdades. Destacando a presença de mulheres em posições de destaque na gestão federal, o ministro Carlos Lupi enfatizou a importância do investimento do governo federal na estruturação do ministério e das políticas públicas vinculadas, pois, segundo ele, viabilizam a retomada do progresso socialmente responsável em todo o território nacional.

[Mulheres representam 57,9% das concessões de benefícios previdenciários](#)

Ministério da Previdência Social - 08/03/2023

A participação das mulheres na cobertura previdenciária apresenta constante crescimento ao longo dos últimos anos. Dados de 2022 mostram que as mulheres representam 57,9% da concessão de benefícios previdenciários, totalizando 18,7 milhões de mulheres titulares de benefícios ativos em todo o país. Em relação ao ano anterior, houve um crescimento de mais de 106 mil benefícios. Comparando com 2002, 20 anos atrás, houve um crescimento de mais de 200 mil benefícios. Isso é um reflexo, sobretudo, do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

[MPS relança Previdência Complementar para Mulheres - Guia para mulheres que querem cuidar do seu futuro](#)

Ministério da Previdência Social - 08/03/2023

A Secretaria do Regime Próprio e Complementar lança, nesta quarta-feira (8) – Dia Internacional da Mulher, a segunda edição de Previdência Complementar para Mulheres - Guia para mulheres que querem cuidar do seu futuro. O material traz informações sobre a aposentadoria pública para as mulheres, apresenta os tipos de planos de previdência privada e suas principais características. O guia mostra as vantagens desse tipo de previdência e como ela pode ser determinante para o incremento da aposentadoria feminina.

[Melhores condições de vida e trabalho para todas as mulheres](#)

Fundacentro - 08/03/2023

Hoje, 08 de março, é celebrado o Dia Internacional da Mulher. A data traz uma reflexão para que políticas públicas fomentem direitos civis, de igualdade, políticos e de proteção das condições de vida e trabalho das mulheres. Nas últimas décadas, embora a mulher tenha conquistado espaço na economia, na política e na sociedade, o panorama ainda não é satisfatório. Isto porque, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o rendimento médio mensal das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é 21% menor do que o dos homens – mesmo nos setores em que as mulheres são maioria.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT firma acordos para combater subnotificação de acidentes do trabalho em MT](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/03/2023

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) firmou três Termos de Ajuste de Conduta (TACs) no âmbito do Projeto Nacional de Promoção da Regularidade das Notificações de Acidentes de Trabalho, conduzido pela Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), com o objetivo de combater a subnotificação nas maiores empresas do estado no que diz respeito à emissão de Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs) e a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

[MPT e Governo da Bahia traçam agenda comum de combate ao trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/03/2023

O procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos, foi recebido na manhã desta sexta-feira (10) pelo governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, para debater a criação de uma agenda comum de prevenção e combate ao trabalho escravo no estado. O encontro ocorreu na sede do governo, no Centro Administrativo, e contou com a participação de procuradores, conselheiros do Ministério Público e secretários de estado. O governador se comprometeu a avaliar proposta de acordo de cooperação técnica apresentado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e já encaminhou a realização de reuniões técnicas para que o Executivo estadual participe mais ativamente de ações e projetos voltados para este tema.

[Denúncias por assédio sexual ao MPT aumentam 1.500% nos últimos 4 anos em SP](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/03/2023

O Ministério Público do Trabalho verificou um aumento de mais de 1500% nas denúncias de assédio sexual no ambiente de trabalho no estado de São Paulo em um período de 4 anos – de 2018 a 2022. O primeiro salto aconteceu de 2018 a 2019, em que as denúncias aumentaram de 11 para 108 em 2019. Houve então queda significativa em 2020, justificada pela pandemia: 74 registros. Mas em 2021 os casos relatados ao MPT foram para 126 e, em 2022 subiram para 182 denúncias. Neste ano, até hoje (8 de março, Dia Internacional da Mulher), já foram 54 relatos recebidos pelo MPT.

[Ministério Público do Trabalho propõe acordo de cooperação ao governo do RS](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/03/2023

O procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, José de Lima Ramos, teve uma audiência na manhã desta quarta-feira (8) com o governador do Estado, Eduardo Leite, e com parte de seu secretariado, no Palácio Piratini. Também participou do encontro o presidente do Tribunal Regional do Trabalho na 4ª Região, desembargador Francisco Rossal de Araújo. Na ocasião, o procurador-geral entregou ao governador uma proposta de acordo de colaboração técnica interinstitucional entre o MPT e o Governo do Estado com vistas a elaborar ações comuns de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas. A proposta inclui compartilhamento de informações e de recursos humanos, dentro das atribuições de cada instituição, para o combate ao problema.

[Sindicato firma acordo perante o MPT para não flexibilizar base de cálculo da cota legal da pessoa com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/03/2023

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) firmou termo de ajuste de conduta (TAC) perante o Ministério Público do Trabalho em Rondônia e Acre (MPT-RO/AC) pelo qual a entidade assume a obrigação de se abster de celebrar convenção coletiva de trabalho que autorize a flexibilização da base de cálculo da cota legal da pessoa com deficiência prevista no artigo 93 da Lei Federal nº 8.213/91.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Trabalho análogo ao de escravo triplicou no RS desde 2021, revelam Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/03/2023

Ao mesmo tempo em que o trabalho análogo à escravidão cresceu no estado, a estrutura de fiscalização sofreu um grave desmonte desde 2016. As informações foram divulgadas pela equipe de fiscalização da SRT/RS em reunião na Assembleia Legislativa.

Outras Notícias

[DPU pede ao STF expropriação de terras com exploração de trabalho escravo](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2023

A Defensoria Pública da União pediu na última quinta-feira (9/3) ao Supremo Tribunal Federal a expropriação das terras e o confisco dos bens de empresas que usarem mão de obra com condições análogas à escravidão. A solicitação foi feita por meio de mandado de injunção coletivo.

[Banco do Brasil deverá pagar mais de R\\$ 8 milhões por assédio moral](#)

Consultor Jurídico - 10/03/2023

A 69ª Vara do Trabalho de São Paulo aplicou multa e correção pela taxa Selic a uma condenação do Banco do Brasil por danos morais coletivos e, assim, atualizou o valor a ser pago para aproximadamente R\$ 8,1 milhões. A decisão diz respeito à prática reiterada de assédio moral contra empregados. Segundo a denúncia do Ministério Público do Trabalho, o banco e sua divisão de tecnologia cobravam metas abusivas, monitoravam ostensivamente o ambiente de trabalho e promoviam discriminação de gênero e com empregados terceirizados.

[TST deve aplicar reforma trabalhista apenas para contratos após 2017, diz jornal](#)

Consultor Jurídico - 10/03/2023

Os 26 ministros do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho vão decidir se as previsões da reforma trabalhista que extinguem direitos dos trabalhadores vão valer para todos ou apenas para os contratados após 2017, quando a reforma entrou em vigor. As informações são do jornal Valor Econômico.

[A falta de auditores fiscais do trabalho e o esvaziamento das Cipas](#)

Consultor Jurídico - 10/03/2023

Na década de 1970 houve grande acréscimo no número de acidentes de trabalho no Brasil, atingindo, em 1975, a assustadora quantia de 1.916.187 e colocando o Brasil em 1º lugar no ranking mundial em infortúnio do trabalho. Esse fato motivou importante reforma trabalhista, com alteração do Capítulo V da CLT, que passou a tratar de forma mais incisiva sobre as normas de segurança, saúde e medicina do trabalho. Com essa reforma e maior rigidez da lei, os números acidentários se reduziram nos anos seguintes, atingindo na década 1970, 1.575.566 por ano, na década 1980, 1.118.071, na década de 1990, 470.210 e na década 2000, 511.283.

[Quiet quitting e o equilíbrio do trabalho nos setores público e privado](#)

Consultor Jurídico - 09/03/2023

Dentre as mudanças culturais provocadas pela pandemia, uma das mais acentuadas refere-se ao trabalho. Mais do que nunca, evidenciou-se que as empresas e organizações de todos os segmentos, do setor público e privado, têm imensa responsabilidade sobre a saúde física e mental de seus colaboradores. Consolidou-se o conceito, que jamais deveria ter sido negligenciado, de que o ser humano é o fim de tudo, a grande razão de ser de toda a economia, do Estado e do universo corporativo.

[Programa Emprega + Mulheres pode se tornar obsoleto](#)

Consultor Jurídico - 08/03/2023

Entra em pleno vigor no próximo dia 21 de março a Lei nº 14.457, que instituiu o Programa Emprega + Mulheres. A iniciativa é destinada à inserção e manutenção de mulheres no mercado de trabalho por meio da implementação de medidas destinadas ao apoio à parentalidade, à qualificação, ao retorno ao trabalho após a licença-maternidade, ao reconhecimento de boas práticas na promoção da empregabilidade feminina e à prevenção e combate ao assédio e outras formas de violência.

[Mulher que sofreu gordofobia por causa de ar condicionado deve ser indenizada](#)

Consultor Jurídico - 07/03/2023

O artigo 932, inciso III, do Código Civil estabelece que o empregador é responsável pela reparação civil de empregados vítimas de discriminação no exercício do trabalho que lhes competia ou em razão deles. Seguindo esse entendimento, o juiz titular da Vara do Trabalho de Teófilo Otoni (MG), Fabrício Lima Silva, determinou o pagamento de indenização de R\$ 5 mil a uma trabalhadora que foi alvo de gordofobia enquanto exercia suas funções.

[Toffoli revoga decisão que reconheceu vínculo de advogada associada](#)

Consultor Jurídico - 06/03/2023

É lícita a contratação de profissional autônomo por meio de pessoa jurídica, especialmente na ausência de condição de vulnerabilidade na opção pelo contrato firmado com o prestador de serviço. Esse foi o entendimento do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, ao julgar procedente a reclamação constitucional ajuizada pelo escritório Nelson Wilians Advogados contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que havia reconhecido vínculo trabalhista entre advogada associada e a sociedade de advocacia.

[TRT-12: Ausência de homologação não exime devedor de cumprir acordo](#)

Migalhas - 12/03/2023

O devedor não pode alegar ausência de homologação judicial para eximir-se de obrigação assumida livremente. O entendimento unânime é da 5ª câmara do TRT da 12ª região em ação na qual uma empresa foi condenada ao pagamento de cláusula penal prevista em acordo extrajudicial firmado com funcionário. O caso aconteceu no município de Criciúma/SC. O ex-funcionário acionou a Justiça do Trabalho com o intuito de fazer a empresa pagar valores referentes a verbas rescisórias. Além disso, também foi requerido em juízo a cobrança de cláusula penal pactuada entre o autor e a ré, correspondente a 30% sobre o saldo devedor.

[TRT-18 fixa tese jurídica sobre impenhorabilidade de salário](#)

Migalhas - 11/03/2023

O plenário do TRT da 18ª região, em IRDR - Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva, firmou a seguinte tese jurídica: "Salário e outras espécies semelhantes.

Possibilidade de Penhora. art. 833, IV, § 2º, do CPC. A impenhorabilidade de salários e outras espécies semelhantes, prevista no art. 833, IV, do CPC, deve ser excepcionada somente nas hipóteses em que as importâncias excedam a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais”.

[Google é multado por não fornecer geolocalização de trabalhador](#)

Migalhas - 08/03/2023

A 71ª vara do Trabalho de SP multou a Google do Brasil em mais de R\$ 1,2 milhão pela recusa reiterada, por mais de 245 dias, em fornecer dados de geolocalização de trabalhador. Caso não cumpra a ordem em até 15 dias (a contar de 6/3), a empresa poderá ser impedida de participar de licitações e contratos públicos, mediante inscrição no Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas. A determinação é do juiz do Trabalho Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, que destinou o pagamento das penalidades às vítimas da tragédia em São Sebastião/SP.

[Atualização na Lista de Notificação Compulsória pode ser positiva para a área de SST, avalia médica e pesquisadora da Fundacentro, Maria Maeno](#)

Revista Proteção - 10/03/2023

O Ministério da Saúde publicou, no dia 2 de março, Portaria que substitui o agravo “Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes” por “Acidente de Trabalho” na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados. Notificação compulsória é a comunicação obrigatória às autoridades de saúde sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação dos casos listados, em estabelecimentos da área, públicos ou privados, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). A lista de doenças, agravos e eventos de saúde pública que devem ser comunicados também descreve para qual autoridade sanitária a informação deve ser encaminhada e o prazo limite.

[Conselho regulamenta a atuação dos fonoaudiólogos na implantação do Programa de Conservação Auditiva](#)

Revista Proteção - 10/03/2023

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) publicou, na última terça-feira (7), Resolução que visa regulamentar a atuação de fonoaudiólogos no Programa de Conservação Auditiva (PCA) nas empresas. O Programa trata de um conjunto de medidas que visam prevenir ou estabilizar as perdas auditivas ocupacionais e pode ser implementado, monitorado, assessorado, supervisionado e até coordenado por esses profissionais, sendo que deve estar integrado à NR-7 (PCMSO), NR-9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos) e NR-1 (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais).

[OIT e Ministério do Trabalho e Emprego selam acordo para promoção do trabalho decente e combate à violência e ao assédio](#)

Organização Internacional do Trabalho - 09/03/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e o diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Vinícius Pinheiro, assinaram nesta quarta-feira (8) um Memorando de Entendimento (MdE) com o propósito de promover o trabalho decente e aumentar o nível de cumprimento das normas trabalhistas vigentes no país.

[Diferenças de gênero no emprego são maiores do que se pensava, segundo relatório da OIT](#)

Organização Internacional do Trabalho - 09/03/2023

As desigualdades de gênero no acesso ao emprego e nas condições de trabalho são maiores do que se pensava anteriormente e o progresso para reduzi-las tem sido extremamente lento nas últimas duas décadas, de acordo com um novo informe da OIT. Um novo indicador desenvolvido pela OIT, o Jobs Gap, capta todas as pessoas sem trabalho que estão interessadas em encontrar um emprego. Ele traça um quadro muito mais preocupante da situação das mulheres no mundo do trabalho do que a taxa de desemprego, mais comumente usada. Os novos dados mostram que as mulheres ainda enfrentam muito mais dificuldades em encontrar um emprego do que os homens.

Atos Normativos

[PORTARIA Nº 147, DE 6 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 07/03/2023 Seção I Pág. 02) - Dispõe sobre as diretrizes para a composição dos conselhos e comissões vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República a serem seguidas pelas organizações da sociedade civil e pelos órgãos e entidades governamentais;

[RESOLUÇÃO CFFA Nº 693, DE 3 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 07/03/2023 Seção I Pág. 153) - Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo na avaliação e no controle da audição de empregados e servidores expostos a níveis de pressão sonora elevados, demais agentes otoagressores e sua competência para implantar, monitorar, assessorar, supervisionar e coordenar o Programa de Conservação Auditiva no âmbito da saúde do trabalhador;

[PORTARIA GM/MS Nº 230, DE 7 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 08/03/2023 Seção I Pág. 107) - Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde – SUS;

[DECRETO Nº 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 09/03/2023 Seção I Pág. 04) - Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

[DECRETO Nº 11.431, DE 8 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 09/03/2023 Seção I Pág. 05) - Institui o Programa Mulher Viver sem Violência;

[MENSAGEM N° 85, DE 8 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 09/03/2023 Seção I Pág. 06)

- Encaminha ao Congresso Nacional o texto da Convenção n° 156 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores Homens e Mulheres: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, assinada em Genebra, em 23 de junho de 1981, durante a 67ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho;

[MENSAGEM N° 86, DE 8 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 09/03/2023 Seção I Pág. 06)

- Encaminha ao Congresso Nacional do texto da Convenção n° 190 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, assinada em Genebra, em 21 de junho de 2019, durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho;

[MENSAGEM N° 88, DE 8 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 09/03/2023 Seção I Pág. 6)

- Encaminha ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 49, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 09/03/2023

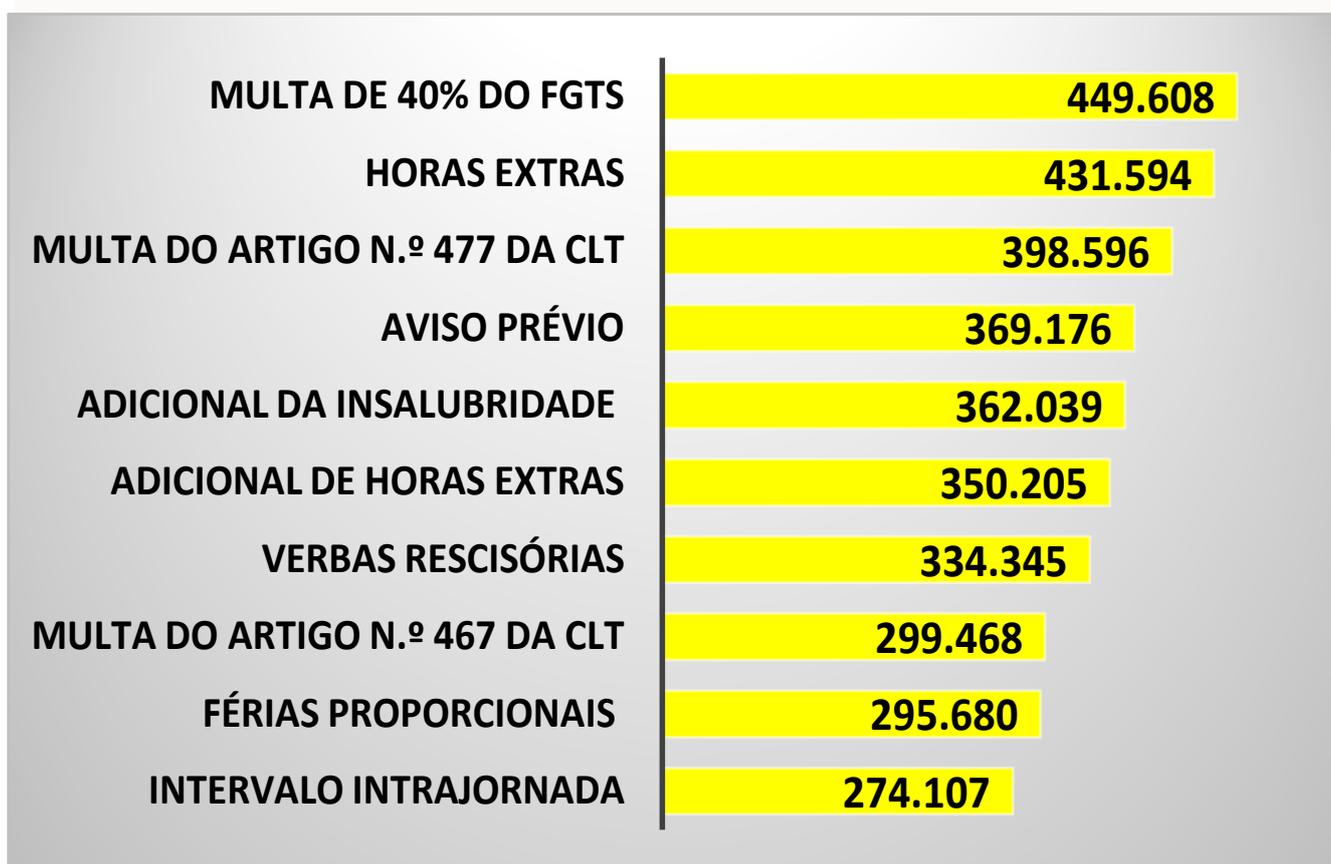
Seção I Pág. 25) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Ementa: Programa Médicos pelo Brasil. Bolsa-Formação. Contribuição Patronal;

[PORTARIA MTE N° 538, DE 7 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 09/03/2023 Seção I Pág.

143) - Revoga a Portaria MTP n° 4.227, de 20 de dezembro de 2022 (Portabilidade do PAT).

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até dezembro de 2022:



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula